CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**CONSULTORIA, COORDENAÇÃO E APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NA ÁREA DAS REDES E COMUNICAÇÕES****Entre:**

PRIMEIRA OUTORGANTE: **ASSOCIAÇÃO PORTO DIGITAL**, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com o NIPC 506838730 e sede no Largo do Dr. Tito Fontes, n.º 15, 4000-538 Porto, neste ato representada pelo Senhor Administrador Executivo, Eng.º Paulo Filipe Gonçalves Calçada com poderes para o ato, adiante designado por **PRIMEIRA OUTORGANTE** ou **PORTO DIGITAL**,

e

SEGUNDA OUTORGANTE: **NOSHUT, LDA.**, com sede na Rua Santos Pousada, n.º 441, DE, 4000-486 Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Matosinhos, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 514 889 357, aqui representada por Francisco da Cunha Lemos, com o número de Identificação fiscal [REDACTED] na qualidade de Administrador, com poderes para o ato, adiante designada por **SEGUNDA OUTORGANTE** ou **NOSHUT**.

Considerando que,

- A. O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aprova o regime do Código dos Contratos Públicos, sendo que, o presente Contrato é celebrado nos termos do referido diploma legal;
- B. A 27 de outubro de 2020, a PRIMEIRA OUTORGANTE lançou o procedimento de ajuste direto n.º 170/2020 para a aquisição de serviços de, doravante “ajuste direto”;
- C. A PRIMEIRA OUTORGANTE tem necessidade de contratar a prestação de serviços infra descrita e a SEGUNDA OUTORGANTE disponibiliza-se para prestar os referidos serviços;
- D. A PRIMEIRA OUTORGANTE outorga o presente Contrato de aquisição de serviços de consultoria, coordenação e apoio técnico especializado na área das redes e comunicações, na sequência da autorização de contratação pelo Conselho de Administração da PORTO DIGITAL datada de 14 de outubro de 2020;
- E. O presente procedimento foi escolhido nos termos do disposto nas alíneas d) e e), subalínea ii) do n.º 1 do artigo 24.º e dos artigos 112.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos;
- F. Não obstante o presente procedimento ter sido conduzido pela PRIMEIRA OUTORGANTE com a diligência e celeridade possíveis, a notificação de adjudicação do mesmo apenas teve lugar a 2 de novembro de 2020;

- G. A PRIMEIRA OUTORGANTE e a SEGUNDA OUTORGANTE estão no pleno exercício dos seus direitos, agindo livremente e de boa-fé.

Entre as partes, celebram entre si de livre vontade, o presente Contrato para a execução da prestação de serviços que se regerá pelas cláusulas seguintes e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o regime do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

1. O presente Contrato tem por objeto principal a aquisição de serviços de consultoria, coordenação e apoio técnico especializado na área das redes e comunicações.
2. O Contrato aqui celebrado não confere à SEGUNDA OUTORGANTE a qualidade de agente.
3. A SEGUNDA OUTORGANTE prestará os seus serviços com autonomia e sem sujeição à disciplina hierárquica e ao cumprimento de horário de trabalho.

CLÁUSULA 2.ª

Contrato

1. O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O Contrato integra ainda os seguintes elementos:
 - a) os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) o Caderno de Encargos;
 - d) a proposta adjudicada;
 - e) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3.ª*Preço*

1. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a PORTO DIGITAL deve pagar à SEGUNDA OUTORGANTE o preço, constante da proposta adjudicada, que **não poderá ultrapassar o limite máximo de 23 136,00 euros** (vinte e três mil, cento e trinta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, caso o mesmo seja devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à PRIMEIRA OUTORGANTE.

CLÁUSULA 4.ª*Condições de pagamento*

1. As quantias devidas pela PORTO DIGITAL, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação do serviço.
3. Em caso de discordância por parte da PORTO DIGITAL, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar à SEGUNDA OUTORGANTE, os respetivos fundamentos, ficando a esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CLÁUSULA 5.ª*Obrigações principais da SEGUNDA OUTORGANTE*

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para a SEGUNDA OUTORGANTE as seguintes obrigações:
 - a. Planeamento e consolidação da infraestrutura tecnológica:
 1. Supervisão global das componentes ativas da rede metropolitana, nomeadamente da solução IP/MPLS, da infraestrutura da rede *wifi* pública e da rede de difusão ótica de TV;
 2. Definição de planos de expansão às componentes ativas da infraestrutura;

3. Gestão dos processos de criação de novas infraestruturas e/ou alterações na infraestrutura instalada, nomeadamente ao nível de:
 - i. rede de fibra ótica (novos serviços, novos assinantes e extensão das suas camadas constituintes - *backbone*, distribuição e acesso);
 - ii. rede wireless (novos *hotspots* e novos serviços ao utilizador final);
 - iii. difusão de TV (extensão a outros bairros sociais, modelos de distribuição de novos conteúdos).
 4. Definição de testes às plataformas tecnológicas.
- b. Consultoria e apoio a projetos:
1. Apoio na definição dos modelos de interligação à rede metropolitana, bem como na seleção e configuração dos serviços a fornecer pela infraestrutura ativa;
 2. Gestão da componente de telecomunicações e apoio na conceção de soluções, no âmbito de novas iniciativas, projetos ou candidaturas a financiamento externo;
 3. Acompanhamento dos desenvolvimentos tecnológicos na área das redes metropolitanas.
- c. Gestão dos contratos de manutenção e de telecomunicações:
1. Apoio na celebração de contratos de manutenção para as componentes passiva e ativa da infraestrutura da rede metropolitana;
 2. Apoio na celebração de contratos de serviços de telecomunicações no âmbito da atividade da APD;
 3. Apoio na elaboração de relatórios de problemas e/ou solicitações de intervenção por parte do fabricante e/ou integrador;
 4. Apoio na definição de políticas de manutenção dos espaços físicos e condições elétricas e ambientais nos pontos de presença da rede metropolitana;
 5. Apoio na organização e planeamento das atividades alocadas às equipas técnicas que prestam serviços à APD na componente de infraestrutura ativa.
- d. Disponibilizar uma bolsa de horas para a PORTO DIGITAL de 560 horas;
- e. Cumprir o objeto, nos termos e condições acordadas;
- f. Prestar os serviços em conformidade com as normas de deontologia profissional;
- g. Prestar os serviços no prazo estipulado;
- h. Executar todas as tarefas acessórias que sejam necessárias à prossecução do objeto do Contrato;
- i. A obrigação de os prestar, recorrendo a todos os meios, materiais e humanos, que sejam necessários e apropriados à prestação do serviço.
2. A SEGUNDA OUTORGANTE obriga-se ainda a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

CLÁUSULA 6.ª*Vigência*

1. A aquisição de serviços objeto deste Contrato deverão ser prestados desde a data da assinatura do Contrato, com efeitos reportados à data de 1 de outubro de 2020, e tem um período de vigência de **6 (seis) meses**, ou até ser atingido neste período o preço contratual previsto na cláusula 3.ª, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2. Decorrido o prazo referido no número anterior o contrato caduca automaticamente.
3. O Contrato mantém-se em vigor, a contar da data da sua assinatura, até à conclusão dos serviços, em conformidade com o apresentado na sua proposta e com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

CLÁUSULA 7.ª*Resolução por parte da PRIMEIRA OUTORGANTE*

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei e do disposto na cláusula anterior, a PORTO DIGITAL pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de a SEGUNDA OUTORGANTE violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à SEGUNDA OUTORGANTE.

CLÁUSULA 8.ª*Resolução por parte da SEGUNDA OUTORGANTE*

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a SEGUNDA OUTORGANTE pode resolver o Contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 30 dias.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à PORTO DIGITAL, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela SEGUNDA OUTORGANTE, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato.

CLÁUSULA 9.ª*Alterações Contratuais*

Qualquer alteração ao presente Contrato durante a sua vigência deverá ser acordada e aprovada por ambas as partes, por escrito e assumir a forma de aditamentos ao presente Contrato.

CLÁUSULA 10.ª*Sigilo*

1. A SEGUNDA OUTORGANTE deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à PORTO DIGITAL, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que for comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela SEGUNDA OUTORGANTE ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 11.ª*Gestor do Contrato*

Fica designado, nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do CCP, como gestor do Contrato da PORTO DIGITAL:

- André Miranda – andre.miranda@portodigital.pt.

CLÁUSULA 12.ª*Penalidades contratuais*

1. Pelo incumprimento, mora no cumprimento ou cumprimento defeituoso, sob a forma de mora, de obrigações emergentes do objeto deste Contrato, a PORTO DIGITAL pode exigir da SEGUNDA OUTORGANTE o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar nos seguintes termos:

$$P=V*A/365$$

Sendo:

P = montante da penalidade em euros;

V = preço contratual (valor em euros);

A = número de dias de atraso, incluindo sábados, domingos e feriados, no cumprimento de obrigações resultantes do Contrato para o adjudicatário.

2. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento da SEGUNDA OUTORGANTE, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP.

3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pela SEGUNDA OUTORGANTE ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços e/ou ao incumprimento da(s) obrigação(ões) cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a PORTO DIGITAL tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da SEGUNDA OUTORGANTE e as consequências do incumprimento.

5. A PORTO DIGITAL pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a PORTO DIGITAL exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

CLÁUSULA 13.ª

Proteção de dados pessoais

1. A SEGUNDA OUTORGANTE e a PRIMEIRA OUTORGANTE obrigam-se, durante a vigência do Contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros.

2. Constituem obrigações da SEGUNDA OUTORGANTE, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:

- a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no Contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
- b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do Contrato, ser emitidas pelo Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais da PRIMEIRA OUTORGANTE (RT), para tratamento dos dados pessoais;

- c) Efetuar uma avaliação de impacto que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados;
- d) Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- e) Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do Contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados.
- f) Disponibilizar à PRIMEIRA OUTORGANTE todas informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
- g) Proibição de partilha dos dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da PRIMEIRA OUTORGANTE, ou decorrente de obrigação legal;
- h) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do Contrato;
- i) Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
- j) Apoiar a PRIMEIRA OUTORGANTE na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;
- k) Não subcontratar sem autorização expressa da PRIMEIRA OUTORGANTE.

3. A SEGUNDA OUTORGANTE notifica a PRIMEIRA OUTORGANTE de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente Contrato.

4. Para o efeito a SEGUNDA OUTORGANTE deve anexar toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr

término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

5. Finda a vigência do Contrato, a SEGUNDA OUTORGANTE tem a obrigação de eliminar/apagar ou devolver à PRIMEIRA OUTORGANTE, consoante a opção definida pelo gestor do Contrato, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes.

CLÁUSULA 14.ª

Foro Competente

Para as questões emergentes deste Contrato as partes escolhem desde já o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

CLÁUSULA 15.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pela SEGUNDA OUTORGANTE e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

O presente Contrato é celebrado na data de 2 de novembro de 2020 feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes.

PRIMEIRA OUTORGANTE

SEGUNDA OUTORGANTE